



Feminismo, ecologia e pandemia

Giulia Lorenzini Nogueira

O cenário pandêmico Covid-19 pareceu ser, dentre outras facticidades, resultado do perdurar de um modelo de civilização capitalista que enxerga na natureza fonte inesgotável de recursos a serem usados e abusados conforme os quereres humanos. Mesma civilização em que mulheres são- diante das arraigadas estruturas patriarcais de poder - longinquamente instaladas, destinadas a enxergarem nos seus corpos fontes inesgotáveis de recursos a serem usados e abusados conforme os quereres masculinos. Ao passo que as matas e os rios são devastados, seres não humanos são dizimados, a biodiversidade é desrespeitada e a ganância é celebrada, mulheres, e tantos outros grupos humanos, têm seus direitos solapados, seus desejos invisibilizados e seus gritos abafados.

Longas décadas transpassaram a crescente exaltação de tal modo insustentável de conceber a existência até que, súbito, o silêncio global corrói as estruturas socioeconômicas do século XXI e escancara a emergência de inevitáveis rupturas. Ao propor olhares para a vivência de mulheres trabalhadoras durante o início da pandemia, a presente reflexão alimenta o desejo futuro de investigar as formas de cuidado emergentes em meio às fraturas civilizatórias expostas pela presença do vírus nas vidas humanas contemporâneas, devidamente contextualizadas social e politicamente.

A “visão da natureza como algo que se pode dominar, manipular e controlar com a finalidade de gerar lucro, sem qualquer constrangimento ético ou limite que se interponha a essa relação de exploração” (BRONZO, 2020, p. 82) foi sendo apontada como elo primordial não somente da relação entre as atuais

crises sanitária e ecológica, mas também econômica, social, política e ética. Leonardo Boff (2020), em “*Covid-19: a Mãe Terra contra-ataca a Humanidade*”, evoca o coronavírus como arma lançada pela Terra, reagindo à mania humana de destruição da teia viva da qual faz parte. Sequer seria preciso aguardar o vírus imobilizar as instituições para constatar que viemos vivendo em meio a uma trágica situação planetária, mobilizada pelo modo de vida predatório que naturalizou tanto os desequilíbrios, decorrentes da exploração da natureza, quanto a desigualdade social, aqui compreendida em sua interseccionalidade e multidimensionalidade (BRONZO, 2020).

Dentre infinitas possíveis interligações de análise acerca do fenômeno Covid-19, enquanto continuidade brusca e pontualmente perversa do processo civilizatório, já antes em curso, o presente artigo destaca a dimensão sócio ecológica em interface com a problemática social de gênero. Se a pandemia escancara os profundos entrelaçamentos entre seres humanos, não-humanos, dinâmicas biogeoquímicas e processos socioambientais responsáveis, não apenas por esta, mas pelas outras pandemias zoonóticas da história humana (SILVA; LOPES, 2020), os efeitos imediatos do escancarar de tais entrelaçamentos são distintos conforme classe, raça e gênero. Por ser a maioria entre profissionais da saúde, tanto a nível nacional quanto global (UNFPA, 2020), as mulheres tendem a estarem mais expostas aos riscos de infecção, bem como aos males físicos e emocionais do contato direto e constante com o luto e a doença. A força feminina representa 65% do corpo de trabalho em saúde nos setores público e privado, tanto nas atividades hospitalares quanto na Atenção Básica, além de representar a imensa maioria de profissionais em carreiras como Fonoaudiologia, Nutrição, Serviço Social, Enfermagem e Psicologia (CONASEMS, 2020).

Para, além disso, a divisão do trabalho em cuidado conforme gênero, e suas consequências ante à Covid-19, se alastram para atividades não diretamente vinculadas à principal linha de combate e prevenção do vírus: seus papéis também são predominantes como cuidadoras nas famílias, e a súbita crise econômica que afeta primordialmente trabalhadoras informais que perderam seus meios de sustento de vida imediatamente (ONU MULHERES, 2020). Ainda refletindo sobre os entrelaçamentos entre consequências da pandemia e sua afecção a este grupo específica:

O fechamento de escolas para controlar a transmissão do COVID-19 tem um efeito diferencial sobre as mulheres economicamente, dado seu papel no fornecimento da maior parte dos cuidados informais nas famílias, com consequências que limitam seu trabalho e oportunidades econômicas. Em geral, a experiência do surto significa que o fardo doméstico das mulheres também se agrava, tornando sua parcela de responsabilidades [domésticas] ainda mais pesada, enquanto elas também trabalham em período integral (UNFPA, 2020, p. 6).

A precariedade das condições de vida de grande parte das mulheres, inseridas no sistema capitalista globalizado de organização social, escancarada pelo

cenário da presente pandemia, é realidade nada inédita. Investigando as consequências da globalização sobre a divisão sexual do trabalho e delineando novas características do emprego feminino a partir das crises dos anos 1990, Hirata (2002) afirma que o crescimento da participação feminina nos mercados de trabalho, formal e informal, veio traduzida em empregos, majoritariamente, precários e vulneráveis. Em países semi industrializados, como o Brasil, a atividade feminina - tipicamente concentrada em serviços pessoais, saúde e educação - costuma tender a dois extremos opostos: de um lado, profissionais altamente qualificadas e com bons salários, de outro, profissionais implicadas em trabalhos sem nenhuma valorização social ou financeira (HIRATA, 2002).

A crítica à divisão sexual do trabalho veio se constituindo como um dos grandes motores dos movimentos feministas, quando a tomada de consciência acerca da opressão sofrida pelas mulheres no campo do trabalho passou a tomar corpo e foram pontuados incômodos diante do fato de que uma grande massa de mulheres é responsável por trabalhos invisibilizados, não devidamente remunerados e exclusivamente destinados para o bem-estar de outrem, em nome de uma suposta devoção materna natural e eterna (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Por mais que o marcador social de idade raramente seja explicitado nas análises feministas, de acordo com o que aponta Alda Britto da Motta (2010) quando denuncia a falta da percepção da condição geracional das mulheres em discussões fundamentais, é inegável que o envelhecimento ocupe lugar decisivo na divisão sexual do trabalho: à medida que vão envelhecendo, mulheres vão sendo por ainda mais tempo apresentadas à narrativa opressora naturalizada que inventou o patriarcado.

O princípio do cuidado, observado nas diferentes modalidades de trabalho majoritariamente femininas, que ganham especial enfoque ante a pandemia do coronavírus, costuma ser resumido à responsabilidade de olhar pelos outros e se vincula a uma concepção de trabalho nada ou pouco remunerado (CAROSIO, 2007), ao situar na suposta fonte inesgotável de instinto maternal, que habitaria todas as mulheres, a justificativa para a perpetuação de um modelo exploratório de divisão do trabalho.

O cuidado é concebido nas sociedades mercantilizadas como um não trabalho, sacrifício inerente ao gênero feminino, quando na realidade existe um mundo inteiro de atividades humanas fora do terreno iluminado dos mercados (...). Assim como o público excluiu as mulheres, nas sociedades mercantilizadas a mão invisível do mercado ocultou a reprodução ampliada da vida, base necessária para o funcionamento social (CAROSIO, 2007, p. 169).

Conforme Zoboli (2004), a reflexão ética feminista de Carol Gilligan (1982) e as ideias de Nel Noddings (1984) apontam para o descaso à noção de cuidado generalizada em concepções hegemônicas de ética, provavelmente aquelas mesmas que parecem não se incomodar a fundo com a exploração sem limites

de recursos naturais em nome da prosperidade civilizatória. Tal descaso parece ser justificado pelo fato de a noção de cuidado confrontar os sistemas de pensamento racionalistas e impessoais, que detêm abrangente ascendência social, ética, política e religiosa, ao assentar a condição humana primordialmente na capacidade das pessoas importarem-se com a comunidade (ZOBOLI, 2004).

Se por um lado o fenômeno Covid-19 parece ter vindo fortificar o que Capra (1997), respaldado pela Ecologia Profunda proposta por Arne Naess em 1984, reconhece como “a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza” (CAPRA, 1997, p. 11), por outro, a constatação dos efeitos específicos da crise sobre mulheres apela olhares mais cuidadosos para teorias e práxis que proponham organizações civilizatórias outras que não essa de ininterrupta exploração da natureza e desenvergonhada injustiça contra mulheres. É o caso da proposta eco feminista, dentre tantas.

A partir dos estudos trilhados dentre discussões feministas é possível afirmar que o eco feminismo é uma epistemologia feminista que enxerga na dominação da natureza e na opressão contra as mulheres as raízes de um mal comum (DÍAZ ESTÉVEZ, 2019). Padrões culturais e simbólicos, capitalista-patriarcais, são encarados como legisladores da cosmovisão que naturaliza violências e pauta como indiscutível a necessidade da exploração da terra, dos animais e das mulheres. Desenvolve-se através da contínua articulação entre teorias ecológicas e feministas, atravessando tanto a luta pela igualdade de gênero quanto a defesa pela preservação do meio ambiente. É movimento diverso, subdividido em correntes antagônicas entre si e reúne estudos diversificados ao redor do mundo.

Dentre as ecofeministas mais reconhecidas, é possível destacar a teóloga brasileira Ivone Gebara, a física indiana Vandana Shiva, a ativista queniana Wangari Maathai, a professora alemã Maria Mies, a filósofa argentina Alicia Puleo e a filósofa australiana Val Plumwood. O termo foi inicialmente cunhado por Françoise d'Eaubonne, em 1974, quando a feminista francesa atribuía a superpopulação do planeta à negação patriarcal do direito das mulheres terem autonomia sobre seus próprios corpos, consideração enfraquecida nas elaborações eco feministas mais recentes (PULEO, 2017).

Popularizada nos Estados Unidos em 1980 (TAVARES, 2014), a corrente foi alvo de duras críticas, por parte de outras vertentes feministas, em razão de seu caráter inicialmente naturalizador de problemáticas sociais. Dentre as inúmeras tendências ecofeministas é costumeiro o destaque ao eco feminismo clássico, ao eco feminismo espiritualista do Terceiro Mundo e ao eco feminismo construtivista (TORRES, 2009).

A clássica se sustenta em visões essencialistas que situam na feminilidade pressupostos éticos maternais que predisporiam mulheres ao pacifismo e à proteção dos seres vivos, em oposição à competição e à destruição situadas enquanto

aspirações naturalmente masculinas. Já as ecofeministas espiritualistas do Terceiro Mundo partem dos princípios religiosos de Gandhi na Ásia, e da Teologia da Libertação na América Latina para criticar as premissas do desenvolvimento moderno ocidentalizado. É pensamento que “confere ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza” (TORRES, 2009, p. 164).

Em contraste, o eco feminismo construtivista se levanta nas décadas de 1990, em oposição às duas vertentes anteriores ao afirmar a inexistência de uma essência que ligaria as mulheres à Natureza e defender que foram as estruturas socioeconômicas determinantes da divisão sexual do trabalho que operaram esta aproximação, favorecendo nas mulheres o desenvolvimento de afetividades reprimidas nos homens (TAVARES, 2014). Mesmo compartilhando características como antirracismo, anti-anthropocentrismo e anti-imperialismo com a segunda vertente citada, o eco feminismo construtivista difere dos estudos embasados em visões essencialistas ou fontes religiosas e espirituais. Nesse sentido, ao contrário de uma identidade biológica, é a opressão compartilhada, em uma cultura ocidental masculina, que constrói proximidade especial entre mulheres e natureza (ARMBRUSTER, 1998).

Ao reconhecerem nuances das responsabilidades de gênero na economia, assentada na divisão social do trabalho, as eco feministas construtivistas pautam e explicitam a necessidade da formulação de novas práticas de interação entre seres humanos, bem como entre cultura e natureza. Ainda em 1990, conforme Torres (2009), Barbara Gates, Greta Gaard e Patrick Murphy questionam e enriquecem os movimentos eco feministas de então ao reconhecerem a íntima relação entre as opressões contra mulheres e natureza, com inúmeras outras formas de exploração. A partir deste momento, o eco feminismo passa a correlacionar a opressão patriarcal e a da natureza com a exploração de classe, bem como com o racismo, o colonialismo e o neocolonialismo (GAARD; MURPHY, 1998).

Encarando as produções eco feministas como “apelo a uma ética da ação pautada na cooperação, na percepção da interdependência e na solidariedade como condição para existência de um futuro” (BRONZO, 2020, p. 86), o movimento, no sentido da substituição dos modelos de opressão por políticas de cuidado, deixa de ser mera especulação utópica e passa a ser tema que ganha especial urgência em meio às violências estruturais civilizatórias explicitadas pelo novo coronavírus. Em consonância com a perspectiva adotada por Andrea Díaz Estévez (2019) ao evocar o eco feminismo crítico de Alicia Puleo, outro eco feminista com influência construtivista, a presente construção teórica se encaminhou vinculada à uma proposta concreta

[...] que situa o cuidado no centro e que se traduz, imediatamente, como atenção e proteção tanto de nós mesmos como de tudo aquilo que nos rodeia. Ou seja, o expresso reconhecimento de que o ser humano, em sua totalidade, é um ser necessitado; um ser, afinal de contas, interdependente e eco dependente (DÍAZ ESTÉVEZ, 2019, p. 17).

Referências

ARMBRUSTER, K. "Buffalo Gals, Won't You Come out Tonight": a Call for Boundary crossing in Ecofeminist Literary Criticism. In: GAARD, G. e MURPHY, P. *Ecofeminist Literary Criticism: Theory, Interpretation, Pedagogy*. Chicago: University of Illinois Press, 1998. p. 97-122.

BOFF, L. *Covid-19: a Mãe Terra contra-ataca a Humanidade, advertências da pandemia*. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

BRITTO DA MOTTA, A. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivia. SCHEFLER, M. L. VAZQUEZ, P. S. AQUINO, Silvia. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Coleção Bahianas, 12, Salvador, EDUFBA/NEIM, 2010. p. 169-181.

BRONZO, C. Entre pisar suavemente na terra ou comer suas entranhas: as escolhas que fazemos nos definem. *NAU Social*. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36557/21014>> Acesso em 6 de jun. de 2020.

CAPRA, F. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAROSIO, A. La ética feminista: Más allá de la justicia. *Revista venezolana de estudios de la mujer*. vol.12. nº28, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php> Acesso em 24 de jun. de 2020.

CONASEMS. Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br> . Acesso em 20 de jun. de 2020.

DÍAZ ESTÉVEZ, A. Ecofeminismo: poniendo el cuidado en el centro. *Ene*, v. 13, n. 4, 2019. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1988-348X2019000400004> Acesso em 24 de jun. de 2020.

D'EAUBONNE, F. *Le féminisme ou la mort*. Paris: Pierre Horay, 1974

GAARD, G.; MURPHY, P. *Ecofeminist Literary Criticism: Theory, Interpretation, Pedagogy*. Chicago: University of Illinois Press, 1998.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 139-156, 2002. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100006&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em 22 de jun. de 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*. Vol.37; nº132. set-dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_arttext> Acesso em 22 de jun. de 2020.

NAESS, A.; SESSIONS, G. *Basic Principles of Deep Ecology*. Califórnia: The Anarchist Library, 1984.

NODDINGS, Nel. *Caring: a feminine approach to ethics and moral education*. Berkeley: University of California Press, 1984.

ONU MULHERES. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. *ONU MULHERES*, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf . Acesso em 6 de jun. de 2020.

PULEO, A. ?Qué es el ecofeminismo?. *Quaderns de la Mediterrània* 25, 2017. Disponível em: <https://www.imesd.org/observatori/arees-danalisi/arxiu-adjunts/quaderns-de-la-mediterrania/qm25/what_is_ecofeminism_Alicia_H_Puleo_QM25_es.pdf> Acesso em 28 de maio de 2020.

SILVA, A.; LOPES, G. A pandemia de novo coronavírus e o Antropoceno. *Agência Fiocruz de Notícias*, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40825/2/A%20pandemia%20de%20novo%20coronav%C3%ADrus%20e%20o%20Antropoceno.pdf>> Acesso em 6/6/ 2020.

TAVARES, M. Ecofeminismo (S). *Centro de documentação e arquivo feminista Elina Guimarães*, 2014. Disponível em: <<https://www.cdcofeminista.org/ecofeminismo-s/>> Acesso em 2 de jun. de 2020.

TORRES, M. O ecofeminismo: “um termo novo para um saber antigo”. *Terceira Margem*, 2009. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/viewFile/11043/8059>. Acesso em 2/6/2020.

UNFPA – United Nations Population Fund. *COVID 19: Um olhar para gênero. Resumo Técnico*. UNFPA Brazil, 2020. Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Covid19_olhar_genero.pdf Acesso em 20 de jun. de 2020.

ZOBOLI, E.L. El redescubrimiento de la ética del cuidado: el foco y el énfasis en las relaciones. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v.38, n.1, p. 21-27, 2004. Disponível em: http://www.bioetica.org.br/library/modulos/varias_bioeticas/arquivos/Varias_cuidado_s.pdf Acesso em 24 de jun. de 2020.

Data de recebimento: 03/11/2021; Data de aceite: 15/12/2021

Giulia Lorenzini Nogueira - Artista independente, acompanhante terapêutica e graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: giubicidades@gmail.com